

# 25 DE ABRIL

## DO GOLPE MILITAR À REVOLUÇÃO (E À CONTRA-REVOLUÇÃO)

Segundo Melo Antunes, ao referir-se ao 25 de Abril, “a maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução”<sup>1</sup>. Esta frase traduz, com bastante rigor histórico, o sentimento que, na época, dominava o espírito dos oficiais revoltosos. Melo Antunes teve o cuidado de começar a frase com a expressão “maioria”, desde logo admitindo que haveria excepções. Assim sendo, na manhã do dia 26 de Abril, o país estava confrontado com um novo cenário político e todos os sonhos e esperanças pareciam fazer sentido.

Todavia, se não fosse pedir demasiada racionalidade num contexto de tão natural euforia, facilmente se poderiam apontar como vulnerabilidades uma grande parte das muito decantadas originalidades da revolta militar portuguesa. Exceptuando, porventura, a principal novidade histórica – uma intervenção militar para acabar com uma ditadura e não para dar início a uma –, quase todas as outras prometiam acarretar grandes dificuldades para a consecução do seu programa:

- O facto de o projecto de democratização encontrar o país em guerra e exigir a resolução simultânea do problema ultramarino;
- A baixa patente dos oficiais que haviam executado o golpe;
- A recusa em serem promovidos aos mais altos postos, inviabilizando, desse modo, o domínio hierárquico da aplicação do seu programa;
- A entrega do poder a uma Junta de Salvação Nacional que não integrava nenhum oficial que tivesse arriscado algo na madrugada de 25 de Abril;
- A opção pela manutenção de uma Comissão Coordenadora numa atitude de vigilância da acção da JSN, solução que, em ambiente militar, estava condenada a produzir conflitos.

Sempre no meio de manifestações de grande júbilo – de que as grandiosas manifestações do 1.º de Maio constituiriam o clímax mais evidente –, começavam a chegar do estrangeiro mensagens de apoio, revelando que estava a desenhar-se uma opinião de grande simpatia pela queda do regime do Estado Novo. Contrariamente ao sucedido com a I República, a nova situação política vai ser, em poucos dias, reconhecida por todos os governos dos países com quem Portugal tinha relações diplomáticas. Um pouco mais tarde, estabelecer-se-iam relações diplomáticas com países com os quais deixáramos de as ter ou nunca as tínhamos tido. Em poucos dias, punha-se fim ao medo, libertavam-se presos políticos, passava a haver liberdade de expressão e havia fundadas esperanças no fim do pesadelo das guerras africanas. Seria este cenário novo uma revolução ou uma simples dinâmica de transição para a normalidade democrática?

Quando, passados os meses quentes do período revolucionário, houve serenidade para uma análise política que passasse para a História, alguns pensadores procuraram estabelecer um trajecto político do pós-25 de Abril. César de Oliveira viria a referir que fora a irrupção das massas populares, na rua, que havia transformado em revolução o que poderia ser apenas um golpe militar.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> ANTUNES, E. Melo, *A Descolonização portuguesa: mitos e realidades*, In “História de Portugal” (Dir. Prof. João Medina), Vol. XIV, p. 182.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, César de, *Os Anos decisivos, Portugal 1962-1985. Um testemunho*, p. 166.

O professor Diogo Freitas do Amaral, ao comentar esta mesma opinião de César de Oliveira, propõe outra visão deste momento histórico:

Salvo o devido respeito, julgo que esta caracterização não é inteiramente correcta. É verdade que o 25 de Abril começou por ser, fisicamente, um golpe militar: mas do ponto de vista político-jurídico, o 25 de Abril foi, desde o início, uma Revolução – quer na intenção dos que o fizeram, quer no programa político que anunciaram ao país. Porque a *Revolução* caracteriza-se por não ser apenas uma substituição do pessoal dirigente (como o *golpe de Estado*), mas uma profunda transformação de carácter político, económico e social: ora o programa do MFA apontava claramente neste sentido, por deliberada intenção dos “capitães de Abril”, depois ratificada pelos generais e oficiais superiores designados para a Junta de Salvação Nacional.<sup>3</sup>

Conjugando as duas opiniões, poderíamos aceitar a ideia de ser o *25 de Abril dos capitães* uma revolta militar libertadora, seguida de uma intensa adesão dos portugueses, da qual resultou o início de uma revolução já não exclusivamente militar, mas sim com uma significativa participação popular. Melo Antunes explica esta extensão do golpe militar em termos bastante compreensíveis:

Era um golpe de Estado contra o Governo. No dia seguinte, para surpresa de muitos, tinha sido um acto revolucionário que derrubava o regime. É a participação entusiástica das massas populares que converte o golpe em revolução. E a revolução implica uma dinâmica inexorável de transformação política que faz transbordar dos seus limites as previsões mais cuidadas, os cálculos mais frios, os esquemas mais rigorosamente definidos.

Três exemplos podem ilustrar com clareza a dinâmica revolucionária instaurada no próprio 25 de Abril.

O primeiro diz respeito ao aparecimento, à luz do dia, dos partidos políticos até então na clandestinidade e à rápida formação de outros partidos, das mais variadas tendências, da direita mais conservadora às diferentes famílias da extrema-esquerda. Na realidade, o Programa do MFA, em matéria de liberdades políticas, embora apontasse claramente para um regime pluralista e definisse, à partida, um quadro futuro de democracia política, conservava um tom relativamente tímido quanto ao reconhecimento imediato de partidos, o que era mais uma demonstração das contradições internas do movimento.<sup>4</sup>

De facto, nas *Medidas a curto prazo*, o Programa estipulava que o Governo Provisório se obrigaria a promover imediatamente [B-5-b)] a liberdade de reunião e de associação e que, em aplicação deste princípio seria permitida a formação de «associações políticas», possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício.

Sobre esta medida, prossegue a explicação de Melo Antunes:

Viu-se no que deram as chamadas “associações políticas”. Não só nunca mais se falou delas como logo nos dias que se seguiram ao 25 de Abril eram em Lisboa recebidos triunfalmente Mário Soares, na sua qualidade de secretário-geral do Partido Socialista, e Álvaro Cunhal, também na sua qualidade de secretário-geral do Partido Comunista. E ambos encabeçam, no 1.º de Maio a grande manifestação unitária [...] consagrando assim o reconhecimento de facto

<sup>3</sup> AMARAL, D. Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução*, pp. 156-157.

<sup>4</sup> ANTUNES, E. Melo, *A Descolonização portuguesa: mitos e realidades*, In “História de Portugal” (Dir. Prof. João Medina), Vol. XIV, p. 182.

de dois grandes partidos populares, até então na clandestinidade. Daí por diante a lógica revolucionária impôs-se, de forma irreversível, quanto à constituição de verdadeiros partidos políticos que passavam, na prática, a enquadrar os grandes movimentos de massas, tal como de resto aconteceu com a CGTP-Intersindical.<sup>5</sup>

Desta explicação de Melo Antunes ressalta a expressão “lógica revolucionária”, muito adequada para designar um mundo de contradições e perigos que toda a revolução encerra. É que não é fácil que a ideia de lógica, toda ela ligada a conceitos normativos que regem o pensamento e o raciocínio válido, possa ir de mão-dada com a ideia de revolução, muito mais próxima das turbulências de uma paixão. E, quanto aos perigos, essa turbulência, necessariamente irmã da DESORDEM, assemelhando-se a uma ‘imposição’ limitadora da Liberdade, abria um excelente campo de manobra para a contra-revolução – a dos militares e das forças políticas que não aceitavam que a revolução se operasse fora do sistema proporcionado por eleições livres e justas, a dos saudosistas do Estado Novo e dos seus aliados de ocasião.

No plano estritamente político, o Programa do MFA, na sua compreensível imperfeição, continha alguns bloqueamentos significativos. Se, no tocante à governação interna, parecia sensato aguardar a elaboração da Constituição Política, no que respeitava à resolução do **problema principal** – a guerra em África – cedo se percebeu que ou se punha fim, rapidamente, ao bloqueamento ou não haveria paz.

Por fim, importa reconhecer que a ruína do Estado Novo fora total, sendo inviável qualquer manobra tendente à sua reconstrução. Desde o dia 25 de Abril que essa derrocada era evidente para quem estivesse sereno e atento. É claro que sempre existiriam portugueses reaccionários, mas só por conveniência política foi o fantasma do ‘fascismo’ transformado, desde a alvorada libertadora, em interveniente invisível do processo de democratização (seguido, já no Verão de 1975, pelo ‘perigo’ da social-democracia).

O antifascismo passou a ser, então, uma atitude conveniente para a maioria dos portugueses. Por muito insensato que hoje possa parecer, é justamente quando o regime do Estado Novo se desfaz com estrondo, que a luta antifascista atinge o seu apogeu. Milhões de portugueses que nunca haviam combatido o fascismo antes do 25 de Abril declaravam-se, agora, incondicionais lutadores antifascistas. Esta atitude de reduzida racionalidade iria ocupar os espíritos dos portugueses no futuro imediato, roubando-lhes tempo e serenidade para virar as costas ao passado e encarar de frente o futuro.

David Martelo – Fevereiro de 2020

---

<sup>5</sup> *Ibidem.*